

Crescimento Pró-Pobre nos Municípios Nordestinos: Evidências para o Período de 1991-2000¹

RESUMO

A partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, este trabalho busca fornecer evidências a respeito da qualidade do crescimento econômico dos municípios nordestinos, no sentido do seu impacto relativo sobre a renda dos mais pobres, ou seja, procura avaliar o quão pró-pobre tem sido o crescimento econômico da região no período referido. Os principais resultados obtidos mostraram que apenas 1,4% dos municípios nordestinos apresentou crescimento pró-pobre, indicando que, para esses municípios, a renda dos mais pobres cresceu relativamente mais rapidamente que a renda média da região. Entretanto, 16,9% dos municípios apresentaram crescimento não pró-pobre e 10,9%, crescimento empobrecedor. Tais resultados sugerem, sobretudo, que o crescimento econômico no Nordeste, entre 1991 e 2000, apresentou pouca efetividade como um mecanismo de combate à pobreza na região, uma vez que ele impactou relativamente menos na renda dos mais pobres.

PALAVRAS-CHAVE

Crescimento Pró-pobre. Desigualdade. Pobreza.

Michela Barreto Camboim Gonçalves

- Doutoranda de Pós-graduação em Economia (Pimes)/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Raul da Mota Silveira Neto

- Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP);
- Professor do Depto. de Economia e Pimes-UFPE;
- Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ O artigo foi retirado da Dissertação de Mestrado da autora, de mesmo título, defendida em 2006, no Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

1 – INTRODUÇÃO

Em geral, as medidas de pobreza têm por objetivo mensurar o contingente de pessoas consideradas pobres e diagnosticar a extensão e a distribuição da pobreza. Entretanto, quantificar pobreza não é uma tarefa fácil, uma vez que ela não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, pode-se afirmar que a pobreza se refere às situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. (ROCHA, 2003a). Assim, este trabalho tratará a pobreza exclusivamente do ponto de vista do rendimento (dimensão renda da pobreza). Sob tal perspectiva, a partir de uma definição de uma linha de pobreza, um indivíduo é considerado como pobre se sua renda familiar *per capita* for inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas, como alimentação, transporte, habitação, saúde, lazer, educação etc., enquanto será definido como indigente aquele indivíduo cuja renda familiar *per capita* seja inferior ao valor necessário para atender tão-somente às necessidades básicas de alimentação.²

Neste contexto, e de acordo com as informações derivadas do Censo Demográfico 2000³, a região Nordeste apresentava o maior percentual de pobres do Brasil (56,7%), seguida da região Norte (49,3%), sendo a menor concentração na região Sudeste (19,7%) e 32,9% a média brasileira. Com relação ao número de indigentes, mais uma vez as duas maiores concentrações estão nas regiões Nordeste (32,3%) e Norte (26,3%), enquanto 8,2%, 7,9% e 9,7% os percentuais para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente. Apesar das maiores concentrações de pobres e indigentes, a região Nordeste apresentou o segundo maior percentual de crescimento da renda *per capita* (35,3%) no período de 1991-2000, ficando atrás apenas da região Sul (41,3%), com a região Norte apresentando o menor crescimento (17,1%).

2 Assim, ficou definido que a linha de pobreza é de R\$ 75,00 ou ½ salário mínimo do ano 2000 e a linha de indigência, de R\$ 37,50, ou ¼ do salário mínimo do mesmo ano.

3 Veja-se Tabela 1, seção seguinte.

A consideração destes resultados faz surgir importantes questionamentos. Primeiro, que expectativas devem ser criadas com relação à efetividade do crescimento econômico como mecanismo de combate à pobreza no Brasil? Em outras palavras, quem se beneficia com o crescimento econômico brasileiro? Segundo, que fatores têm condicionado sua eficácia? Quais as especificidades existentes nas regiões que fazem com que algumas consigam ter maior redução da pobreza e/ou desigualdade que outras, dada a taxa de crescimento? Especificamente, quais as particularidades da economia nordestina que, a despeito de deter uma das maiores taxas de crescimento na renda *per capita*, mais de 50% de sua população (cerca de 27 milhões de pessoas) encontram-se em estado de pobreza? E também, contrariamente ao caso nordestino, a alta concentração de pobres e indigentes da região Norte poderia ser explicada pelo seu fraco desempenho no crescimento da renda?

Normalmente a existência de índices elevados de pobreza está associada à baixa produtividade e, conseqüentemente, à baixa renda *per capita*. Entretanto, no Brasil, conforme Barros; Henriques e Mendonça (2000), a incidência de pobreza é maior do que a da maioria dos países que têm renda *per capita* semelhante. Ainda segundo os autores, a desigualdade na distribuição de renda é responsável pelo fato de o crescimento econômico ser relativamente ineficiente na redução da pobreza, isto é, o efeito do crescimento econômico sobre a redução da pobreza é menor no Brasil do que em outros países que alcançaram o mesmo nível de renda. Apesar disso, os autores destacam que a principal estratégia de desenvolvimento adotada no Brasil, principalmente nos estados mais pobres, tem sido a promoção do crescimento econômico, principalmente a partir de subsídios ao setor produtivo.

O debate sobre crescimento econômico, desigualdade e redução da pobreza ganhou bastante destaque nas últimas duas décadas. Trabalhando especificamente com países em desenvolvimento, diversos estudos apresentam evidências da relação entre crescimento econômico e redução da pobreza. (LIPTON; RAVALION, 1993). Entretanto, as mesmas

evidências apontam que economias diferentes registram, para uma mesma taxa de crescimento econômico, diferentes taxas de redução no nível de pobreza. Da mesma forma que se observa a diferença no efeito do crescimento econômico sobre a redução da pobreza entre os países, pode-se observar que alguns estados e regiões brasileiras, apesar de apresentarem nas últimas décadas elevadas taxas de crescimento da renda *per capita*, têm reduzido a pobreza relativamente menos do que outros.

Essas questões têm sido recentemente exploradas pela literatura empírica do Desenvolvimento Econômico e os trabalhos intitulados como “crescimento pró-pobre” procuram avaliar o crescimento de forma mais qualitativa, ou seja, considerando explicitamente seus impactos sobre os pobres. Há duas diferentes noções associadas ao crescimento pró-pobre. Segundo Ravallion e Chen (2003), o crescimento pró-pobre é o que reduz a pobreza e, segundo Kakwani e Pernia (2000), o crescimento é pró-pobre quando o crescimento da renda dos mais pobres é maior que o crescimento da renda média, ou seja, segundo esta noção, o crescimento pró-pobre está diretamente associado à redução na desigualdade de renda. Entretanto, apesar das eventuais discrepâncias acerca do significado de crescimento pró-pobre, pode-se compreendê-lo como um tipo de crescimento que habilita os pobres a participarem da geração do crescimento econômico e usufruto dos seus resultados.

Neste sentido, a partir das informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, o objetivo aqui é (i) avaliar a natureza pró-pobre ou não pró-pobre do crescimento econômico dos municípios nordestinos, no sentido do seu impacto relativo sobre a renda dos mais pobres, além de (ii) traçar o perfil dos municípios que apresentarem crescimento pró-pobre. Note-se que a principal contribuição deste trabalho é obter informações em nível de agregação municipal. Como o Brasil é um país repleto de diversidades econômicas, sociais, culturais etc., as informações no nível municipal permitem traçar políticas públicas mais eficientes. Para esse fim, a seção 2 apresenta informações sobre pobreza no Nordeste. A seção 3 define a metodologia de trabalho. Nas seções 4 e 5, são apresentados os principais resultados da pesquisa.

A seção 6 mostra o perfil dos municípios com crescimento pró-pobre, ou que reduziram desigualdade através do crescimento econômico. E por fim, a seção 7 apresenta as considerações finais.

2 – POBREZA NO NORDESTE

De acordo com Barros; Henriques e Mendonça (2000) o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Para os autores, os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Deste modo, os níveis de pobreza no Brasil são mais sensíveis a alterações no grau de desigualdade do que a alterações no crescimento econômico. Além disto, o crescimento econômico representa uma via importante, apesar de lenta, para combater a pobreza.

Um dos traços característicos da pobreza brasileira são as fortes diferenças regionais, com o Nordeste situando-se, reconhecidamente, na posição mais desfavorável. Assim, permanece como a região mais pobre do país, não só pelos indicadores de insuficiência de renda mais adversos, mas também pelo contingente populacional envolvido (27 milhões de pessoas).⁴ Desta forma, o foco deste trabalho é investigar a relação entre crescimento econômico na região e seus benefícios para os indivíduos em diferentes condições econômicas.

A Tabela 1 apresenta a evolução do percentual de pobres e indigentes no período de 1991 a 2000 e a taxa de crescimento da renda *per capita* para os estados do Nordeste e demais regiões do país. É possível perceber que o Nordeste é a única região do país a apresentar, em 2000, mais de 50% de sua população em estado de pobreza, apesar de ter sido a segunda região do país em crescimento da renda *per capita* (35,3%), estando apenas atrás da região Sul (41,3%), bem acima da média brasileira (29,1%). Ainda que os níveis de pobreza e indigência dos estados nordestinos estejam sobreestimados em virtude da utilização de linhas de

4 Uma abrangente descrição da evolução recente da pobreza no Nordeste pode ser encontrada em Rocha (2003a, 2003b).

Tabela 1 – Evolução da Pobreza e Indigência nos Estados e Regiões do País e Crescimento da Renda *Per Capita* – 1991 a 2000

	Percentual de Indigentes		Percentual de Pobres		Cresc. Renda <i>per capita</i>
	1991	2000	1991	2000	
Maranhão	47,8	41,0	75,1	66,8	37,2
Piauí	49,5	36,6	74,5	61,8	48,1
Ceará	42,0	32,7	68,2	57,0	37,2
Rio Grande do Norte	34,6	26,9	61,7	50,6	40,9
Paraíba	41,6	30,1	69,0	55,3	48,6
Pernambuco	33,8	27,7	60,0	51,3	30,0
Alagoas	38,7	37,9	67,2	62,2	28,2
Sergipe	33,2	29,4	61,1	54,0	28,3
Bahia	41,1	31,1	67,0	55,3	33,8
Nordeste	40,6	32,3	67,1	56,7	35,3
Norte	27,1	26,3	52,6	49,3	17,1
Sudeste	9,6	8,2	21,0	19,7	24,3
Sul	12,1	7,9	30,8	20,5	41,3
Centro-Oeste	12,0	9,7	32,7	25,4	33,7
Brasil	20,3	16,4	40,1	32,9	29,1

Fonte: Silveira Neto (2005).

indigência e pobreza comuns,⁵ é possível notar que todos os estados nordestinos apresentaram, em 2000, mais de 26% de sua população (representando pouco mais de 15 milhões de pessoas no Nordeste) em estado de indigência e mais de 50% (pouco mais de 27 milhões de pessoas) em estado de pobreza, superando as marcas de todas as regiões do país.⁶

Outra informação que torna ainda mais consistente a situação de extrema pobreza no Nordeste, conforme a Tabela 2, a seguir, é que, dos 1.787 municípios nordestinos, apenas 73 municípios (4,08%) apresentavam menos de 50% de sua população em estado de pobreza em 2000. Apenas Fernando de Noronha-PE apresentava menos de 15% de pobres em 2000, e os municípios com menos de 30% de

pobres são Natal-RN, João Pessoa-PB, Santa Cruz do Capibaribe-PE e Toritama-PE.⁷

A Figura 1 apresenta a localização dos 100 municípios com as menores proporções de pobres do Nordeste. É possível perceber que eles estão mais concentrados nos Estados do Rio Grande do Norte (22), Pernambuco (19), Bahia (23) e Paraíba (9).

No outro extremo, dos 50 municípios mais pobres do Nordeste, 32 localizam-se no Estado do Maranhão, oito em Alagoas, sete no Piauí, dois em Pernambuco e um no Rio Grande do Norte. A Figura 2, acima, apresenta a localização dos 100 municípios mais pobres do Nordeste. É possível perceber que eles estão mais concentrados no Maranhão, no Sertão de Alagoas e no Piauí.

5 As linhas de pobreza e indigência utilizadas aqui são, respectivamente, de R\$ 75,50 e R\$ 37,75 (equivalentes a ½ e ¼ de salário mínimo de 2000).

6 Para uma discussão mais detalhada, veja-se Silveira Neto (2005).

7 Lembrando-se que o conceito de pobreza utilizado aqui é proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente a ½ salário mínimo de agosto de 2000.

Tabela 2 – Número de Municípios com Menos de 15%, 30% e 50% de Pobres

	Até 15% Pobres		Até 30% Pobres		Até 50% Pobres	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Maranhão	-	-	-	-	3	2
Piauí	-	-	-	-	-	3
Ceará	-	-	-	-	1	3
Rio Grande do Norte	-	-	-	1	3	16
Paraíba	-	-	-	1	1	5
Pernambuco	1	1	2	3	8	16
Alagoas	-	-	-	-	1	1
Sergipe	-	-	-	-	1	4
Bahia	-	-	-	-	7	23

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

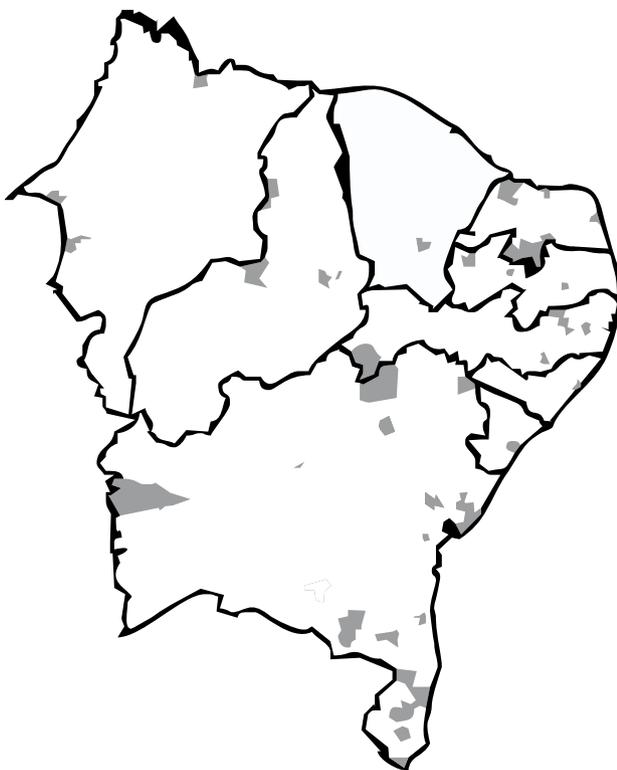


Figura 1 – Localização dos 100 Municípios com as Menores Concentrações de Pobres do Nordeste – Percentual de Pessoas com Renda *Per Capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

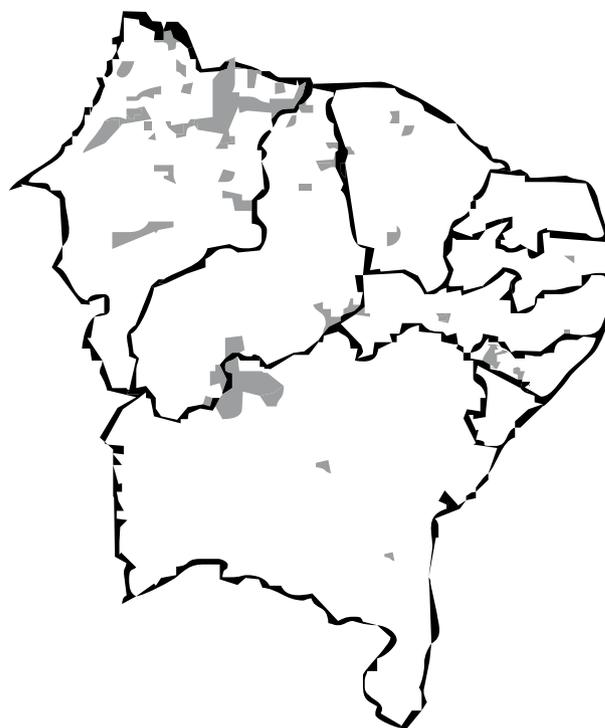


Figura 2 – Localização dos 100 Municípios Mais Pobres do Nordeste – Percentual de Pessoas com Renda *Per Capita* abaixo de R\$ 75,50 de 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

3—METODOLOGIA

Adotando-se a noção de Kakwani e Pernia (2000), segundo a qual o crescimento é pró-pobre se a renda dos mais pobres crescer proporcionalmente mais que a dos não-pobres, ou seja, utilizando-se da ideia de que o crescimento é pró-pobre se este reduzir a desigualdade e, a partir do teorema de Atkinson (1987), que permite associar os diferentes possíveis impactos do crescimento sobre os pobres a diferentes comportamentos da Curva de Lorenz, Son (2004) propôs a elaboração de uma “*curva crescimento-pobreza*” que permite determinar a “qualidade” do crescimento (pró-pobre ou não pró-pobre) a partir da avaliação do crescimento de cada p por cento mais pobre da população, onde $p=0, \dots, 100$.

Especificamente, definindo a renda domiciliar *per capita* por y , $f(y)$ a densidade da renda, e μ como a renda média, $E(y)=\mu$, a curva de Lorenz pode ser descrita como:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x y f(y) dy,$$

$$\text{onde } p = \int_0^x f(y) dy \text{ e } 0 < x < 1 \quad (1)$$

Considerando-se $L(p)$ na forma:

$$L(p) = \frac{\mu_p p}{\mu} \quad (2)$$

que expressa mais claramente a participação na renda dos $p\%$ mais pobres, onde μ_p é a renda média dos indivíduos $p\%$ mais pobres. Tomando-se o logaritmo de ambos os lados e a primeira diferença entre dois pontos no tempo, é possível obter:

$$g(p) \equiv \Delta \ln(\mu_p) = \Delta \ln(\mu L(p)) \quad (3)$$

que representa a taxa de crescimento da renda média dos $p\%$ mais pobres quando os indivíduos são ordenados em ordem crescente de renda. Note que $g(p)$ pode variar com p , que assume valores de 0 a 100. Assim, tal relação é denominada por Son (2004) de “*curva crescimento-pobreza*”. Denotando a taxa

de crescimento médio da economia (quando $p=100$) como $g = \Delta \ln(\mu)$, é possível expressar $g(p)$ como:

$$g(p) = g + \Delta \ln(L(p)) \quad (4)$$

Esta última equação permite apreender as seguintes situações.

(i) Quando $g(p) > g$, para $p < 100$, ou seja, o crescimento da renda média de todos os $p\%$ mais pobres (p apenas menor que 100) maior que o crescimento da renda média do universo de todos os indivíduos, o crescimento pode ser considerado pró-pobre, já que deslocaria a Curva de Lorenz para cima $\Delta \ln(L(p)) > 0$ (para todo p).

(ii) Se $0 < g(p) < g$, para todo $p < 100$, o crescimento reduziria a pobreza mas seria acompanhado por um aumento da desigualdade ($\Delta \ln(L(p)) < 0$ para todo p). Neste caso, o crescimento seria não pró-pobre.

(iii) Com $g > 0$, mas $g(p) < 0$ para pelo menos algum $p < 100$, o crescimento será considerado “empobrecedor” já que seria um crescimento com elevação da pobreza.⁸

(iv) Inconclusivo: demais casos.

É importante destacar que esta última possibilidade inclui duas situações distintas. A primeira, as ocasiões em que o crescimento da renda dos $p\%$ mais pobres, com $p=1, \dots, 30$ (ou $p=1, \dots, 50$), é maior que aquele verificado para renda média de toda a população (onde $p=100$), mas ao menos para algum p intervalo $30 < p < 100$ (ou $50 < p < 100$), o crescimento da renda média é menor que aquele observado para renda média de toda a população. A segunda, as situações em que o crescimento da renda de pelo menos algum dos $p\%$ mais pobres, com $p=1, \dots, 30$ (ou $p=1, \dots, 50$), é menor que aquele verificado para renda média onde $p=100$, mas para p intervalo $30 < p < 100$ (ou $50 < p < 100$), o crescimento da renda média é maior que aquele observado para renda média de toda a população. Essas distintas situações serão chamadas, segundo Silveira Neto (2005), respectivamente, de *iv'*, ou situação pró-pobre fraca, e *iv''*, ou situação não pró-pobre fraca.

⁸Note-se que definimos esta noção de forma menos estrita que as demais anteriores.

Aplicando-se essa metodologia para o caso das 188 microrregiões nordestinas, para o período de 1991-2000, Silveira Neto (2005) identificou apenas 11 microrregiões com crescimento pró-pobre no Nordeste, das quais, um no Piauí (Bertolândia), um no Ceará (Várzea Alegre), quatro no Rio Grande do Norte (Mossoró, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros e Umarizal), dois na Paraíba (Cajazeiras e Patos) e três na Bahia (Barreiras, Paulo Afonso e Itapetinga). Além disso, foram 95 microrregiões diagnosticadas como não pró-pobre e 82 casos inconclusivos.

Neste sentido, dada esta situação de crescimento econômico tão desfavorável para a região Nordeste, o que se propõe aqui é que se conheça a natureza pró-pobre ou não pró-pobre do crescimento econômico dos municípios nordestinos, no sentido do seu impacto relativo sobre a renda dos mais pobres. Reduzindo-se o grau de agregação espacial de microrregiões para municípios, pretende-se investigar situações possivelmente distintas dentro de cada uma dessas microrregiões. Por exemplo, os 11 casos com diagnóstico pró-pobre de crescimento podem ter sido influenciados por apenas um município dentro de cada uma dessas microrregiões, o que tornaria o quadro de crescimento *versus* benefícios para os mais pobres ainda mais dramático. Neste sentido, as seções seguintes apresentam os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios nordestinos.

4 – QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO: IMPACTO SOBRE A REDUÇÃO DA POBREZA

A partir da sugestão de Ravallion (1997) e Ravallion e Datt (1999), segundo a qual o crescimento é pró-pobre se este vier acompanhado da redução da taxa de pobreza, e das informações extraídas dos censos demográficos de 1991 e 2000, o interesse aqui é obter evidências a respeito da relação entre crescimento econômico e redução da pobreza nos municípios nordestinos no período de 1991-2000 e de potenciais diferenciações estaduais quanto a essa relação. Deste modo, são fornecidas, a seguir, evidências sobre a elasticidade do crescimento econômico em relação à pobreza.

O modelo estimado é efetivamente o resultado da diferença da equação (1)⁹ para os anos de 2000 e 1991. Conforme Silveira Neto (2005), dada a simplicidade, tal relação está muito longe de explicar os canais pelos quais o crescimento econômico afeta as condições de pobreza, mas dada certa robustez estatística para forma funcional assumida para a renda, e o caráter exploratório neste estágio de investigação, são consideradas a seguir evidências empíricas a esse respeito. Esses resultados estão descritos nos Gráficos 1 e 2. O Gráfico 1 apresenta os resultados para a elasticidade “pobreza-crescimento” para os estados nordestinos utilizando-se a linha de pobreza mais estrita,¹⁰ e o Gráfico 2 apresenta a elasticidade “pobreza-crescimento” utilizando-se a linha de pobreza menos estrita.¹¹

Para ambas as linhas de pobreza, todos os estados apresentaram elasticidades negativas, porém muito inferiores às encontradas por Tochetto et al. (2004) e Silveira Neto (2005). O crescimento parece reduzir mais a pobreza e a indigência no Rio Grande do Norte que nos demais estados, apesar de que, quando considerada a linha de pobreza mais estrita, as elasticidades do Piauí, Paraíba e Sergipe pareceram não diferir estatisticamente da elasticidade apresentada pelo Rio Grande do Norte. Quando considerada a linha de pobreza menos estrita, a elasticidade para Sergipe mostrou-se mais uma vez estatisticamente não-diferente da elasticidade do Rio Grande do Norte. Para ambas as linhas de pobreza, o crescimento parece reduzir muito menos a pobreza e a indigência para Pernambuco e para Alagoas que para os demais estados.

Os resultados apontam que 1% de crescimento reduzia a indigência em menos de 6% no Rio Grande do Norte e menos de 4% em Pernambuco, de acordo com a Figura 3. Em relação à pobreza, 1% de crescimento no período reduzia a pobreza em menos de 3% no Rio Grande do Norte (o melhor desempenho) e menos de 1% em Pernambuco. (Gráfico 2).

9 Desenvolvida na seção anterior.

10 Equivalente a R\$ 37,75, ou ¼ de salário mínimo de 2000.

11 Equivalente a R\$ 75,50, ou ½ salário mínimo de 2000.

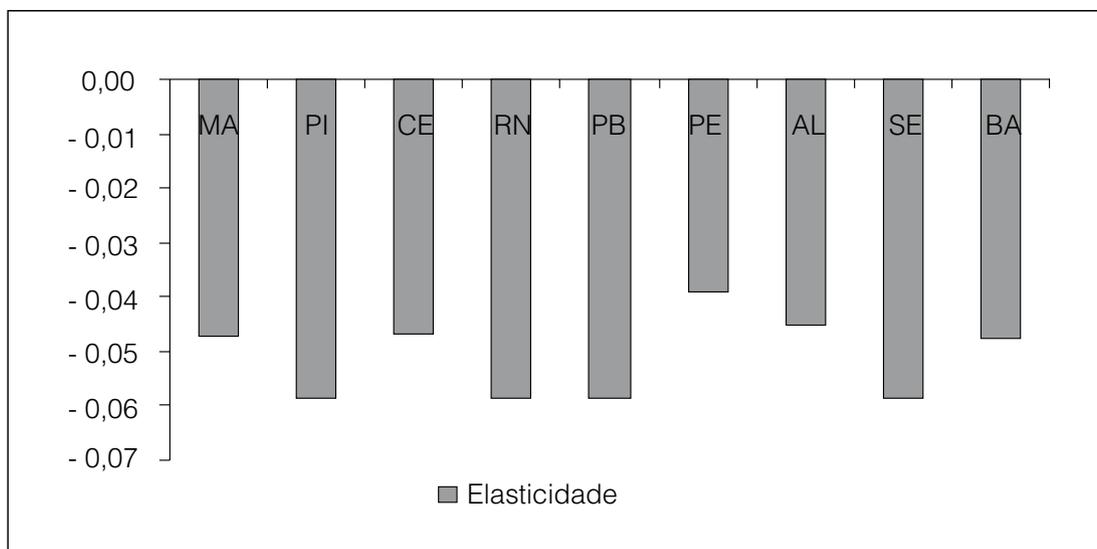


Gráfico 1 – Elasticidade “Pobreza-Crescimento” – VD: Variação % na Redução de Indigentes

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

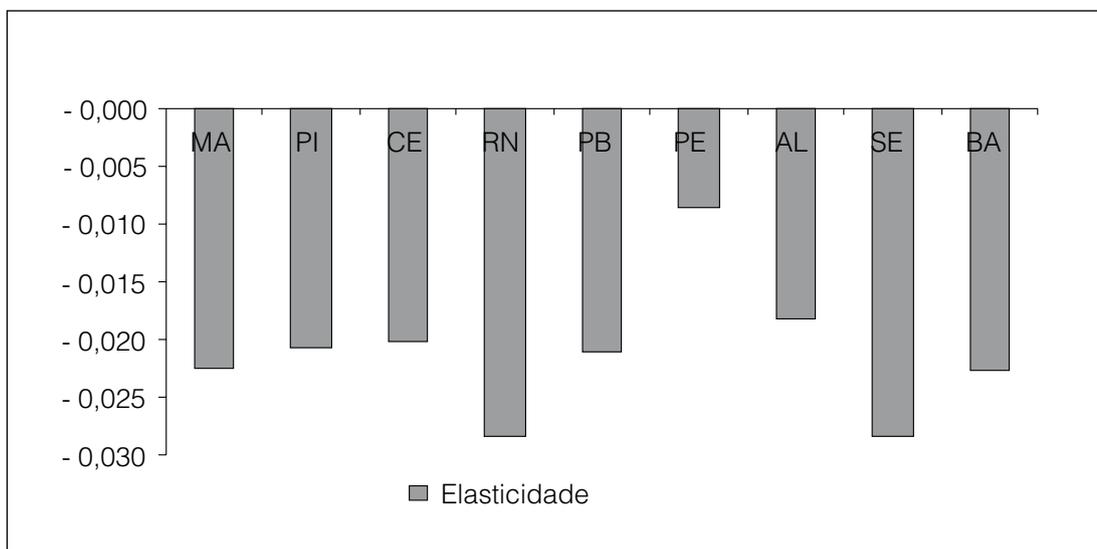


Gráfico 2 – Elasticidade “Pobreza-Crescimento” – VD: Variação % na Redução de Pobres

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

5 – QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO: IMPACTO RELATIVO SOBRE A RENDA DOS MAIS POBRES

O Gráfico 3 apresenta os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios

nordestinos no período de 1991-2000. Resultados estes, também descritos na Tabela 3, em seguida. Pode-se perceber o pequeno número de municípios com crescimento pró-pobre no Nordeste: das 1.458 unidades territoriais estudadas,¹² apenas 21

¹² Note-se que os municípios criados após 1991 foram agregados aos seus municípios de origem, formando assim uma unidade territorial.

apresentaram crescimento pró-pobre no período, sendo quatro no Piauí, dois no Ceará, nove no Rio Grande do Norte, um em Pernambuco e cinco na Bahia. Vale destacar aqui que, destes, apenas dois municípios se encontram em zona litorânea (Baía Formosa-RN e Porto Seguro-BA), resultados também consistentes com Silveira Neto (2005) e com o menor progresso na redução da pobreza nos maiores centros urbanos da região e do país. (ROCHA, 2003a). Além disso, ainda segundo Silveira Neto (2005), os resultados também sugerem que, em certo sentido, a exploração de atividades que utilizam dotações de recursos locais pode ter papel importante na elevação da renda dos mais pobres.

Por outro lado, 247 municípios apresentaram crescimento não pró-pobre, concentrados especialmente ao longo dos territórios dos Estados do Maranhão, Sergipe, Ceará e Alagoas. Outros 159 municípios apresentaram crescimento empobrecedor, ou seja, em que há diminuição da renda *per capita* para algum $p\%$ de pobres, dos quais a metade encontra-se em apenas dois Estados, quais sejam, Maranhão e Ceará.

Entretanto, é possível questionar em que medida estes resultados de crescimento tão desfavoráveis para os municípios (unidades territoriais) nordestinos não são decorrentes de uma definição de crescimento pró-pobre muito estrita. Note-se que é elevado o número de municípios (ou unidades territoriais) com diagnóstico inconclusivo quanto à qualidade de crescimento econômico, sendo 1.031 no total.

Observando-se as Tabelas 3 e 4, é possível perceber que esses resultados desfavoráveis pouco se alteram se, ao invés da noção de crescimento pró-

pobre bastante estrita de Son (2004), é considerada uma versão mais fraca (onde o crescimento da renda dos $p\%$ mais pobres com $p=1, \dots, 30$ é maior ou menor que o crescimento da renda média de toda a população, em que $p=100$). A Tabela 3 apresenta os resultados quanto à qualidade do crescimento na versão mais estrita proposta por Son (2004), verificada para a renda média de toda a população, onde $p=100$, resultados também descritos no Mapa 4.

Note-se que o Maranhão é o único estado do Nordeste em que o somatório (72) do número de municípios com diagnóstico de crescimento empobrecedor (34) e não pró-pobre (38); mesmo na versão estrita de Son (2004), é maior que o número de municípios com diagnóstico inconclusivo (48), não tendo nenhum município classificado como pró-pobre. No outro extremo, encontra-se o Estado do Rio Grande do Norte, com o menor percentual de municípios classificados como não pró-pobre (6,6%) e com o maior número de casos pró-pobre (nove municípios no total, representando cerca de 5,9%).

A Tabela 4, apresenta os resultados sobre a qualidade do crescimento econômico dos municípios nordestinos, só que, desta vez, utilizando-se uma noção de pró-pobre mais fraca, classificação *iv'* (*vi''*) discutida anteriormente, em que o município é considerado com dinâmica pró-pobre (não pró-pobre) caso a renda domiciliar *per capita* média dos $p\%$ mais pobres, $p=1, \dots, 30$, cresça a uma taxa superior (inferior) àquela da renda domiciliar *per capita* média da economia, com algum p no intervalo $30 < p < 100$, apresentando uma taxa relativamente menor (maior). Esses resultados podem ser visualizados no Mapa 4.

Quando a classificação *vi'* é adotada, de fato, pouca coisa muda. Apenas 48 municípios ou unidades territoriais, antes, entre os 1.031 casos de diagnóstico inconclusivo da Tabela 3, passam a ser considerados como apresentando crescimento pró-pobre, sendo cinco municípios no Maranhão, dois no Piauí, dois no Ceará, 14 no Rio Grande do Norte, quatro na Paraíba, sete em Pernambuco, um em Alagoas, um em Sergipe e 12 na Bahia.

Por outro lado, uma mudança muito mais significativa é obtida a partir da noção da classificação

Entretanto, para os Estados do Maranhão, Piauí e Paraíba, foram identificados alguns casos de municípios criados a partir de, pelo menos, outros dois municípios existentes. Para resolver este problema, esses municípios foram todos agregados de forma ponderada (pelo tamanho da sua população), de modo a representar uma única unidade territorial. Por conta de tais agregações, por exemplo, para o Estado do Maranhão, existiam 136 municípios criados em 1991, entretanto, trabalha-se aqui com 120 unidades territoriais. Para o Piauí, existiam, em 1991, 118 municípios criados e a amostra aqui contém apenas 86 unidades territoriais. Já para a Paraíba, existiam 171 municípios e trabalha-se aqui com 168. Para os demais estados, foram agregados apenas os municípios criados após 1991. Ressalta-se, ainda, que a Bahia foi o único estado do Nordeste que não emancipou nenhum município entre 1991 e 2000.

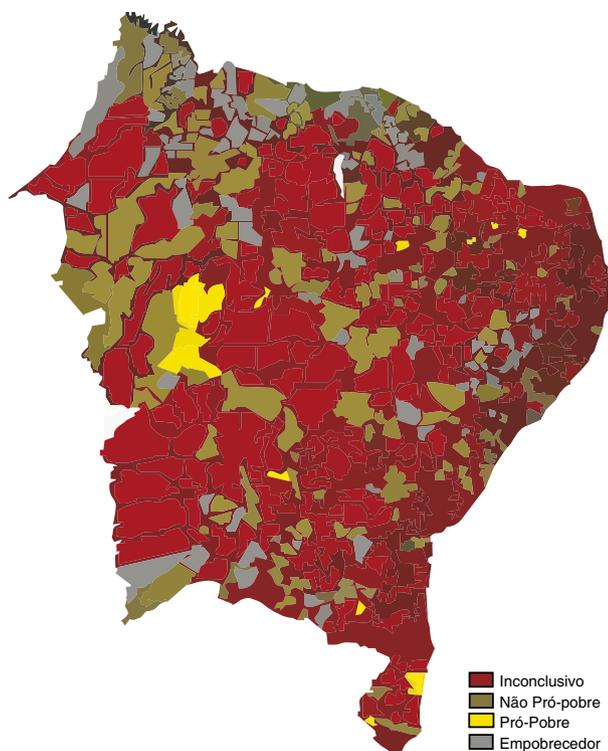


Figura 3 – Crescimento Pró-pobre nos Municípios Nordestinos, 1991-2000

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

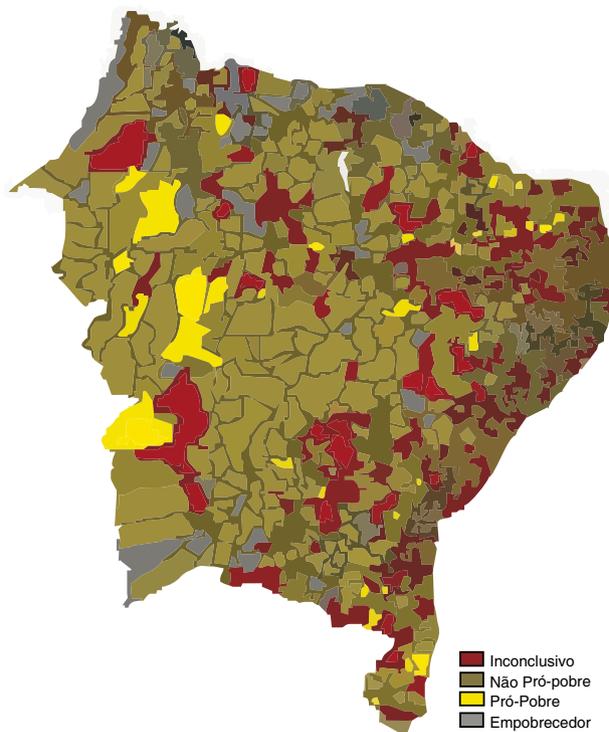


Figura 4 – Crescimento Pró-pobre nos Municípios Nordestinos – Considerando apenas o Crescimento da Renda até os 30% mais Pobres, 1991-2000

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Tabela 3 – Qualidade do Crescimento Econômico nos Municípios do Nordeste ($p=1, \dots, 100$)

	Não Pró-pobre		Inconclusivo		Pró-pobre		Empobrecedor		Número de Municípios (Leia-se: Unidades Territoriais)
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Maranhão	38	31,7	48	40,0	0	0	34	28,3	120
Piauí	11	12,8	64	74,4	4	4,7	7	8,1	86
Ceará	37	20,8	96	53,9	2	1,1	43	24,2	178
Rio G. do Norte	10	6,6	130	85,5	9	5,9	3	2,0	152
Paraíba	25	14,9	135	80,4	0	0	8	4,8	168
Pernambuco	22	13,1	129	76,8	1	0,6	16	9,5	168
Alagoas	20	20,6	63	64,9	0	0	14	14,4	97
Sergipe	20	27,0	44	59,5	0	0	10	13,5	74
Bahia	64	15,4	322	77,6	5	1,2	24	5,8	415
Nordeste	247	16,9	1.031	70,7	21	1,4	159	10,9	1.458

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

Tabela 4 – Qualidade do Crescimento Econômico nos Municípios do Nordeste – Considerando-se apenas o Crescimento da Renda até os 30% mais Pobres ($P=1, \dots, 30$)

	Não Pró-pobre		Inconclusivo		Pró-pobre		Empobrecedor		Número de Municípios (Leia-se: Unidades Territoriais)
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Maranhão	66	55,0	15	12,5	5	4,2	34	28,3	120
Piauí	54	62,8	19	22,1	6	7,0	7	8,1	86
Ceará	104	58,4	27	15,2	4	2,2	43	24,2	178
Rio G. do Norte	77	50,7	49	32,2	23	15,1	3	2,0	152
Paraíba	118	70,2	38	22,6	4	2,4	8	4,8	168
Pernambuco	112	66,7	32	19,0	8	4,8	16	9,5	168
Alagoas	52	53,6	30	30,9	1	1,0	14	14,4	97
Sergipe	48	64,9	15	20,3	1	1,4	10	13,5	74
Bahia	266	64,1	108	26,0	17	4,1	24	5,8	415
Nordeste	897	61,5	333	22,8	69	4,7	159	10,9	1.458

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

iv”, ou situação não pró-pobre fraca, pois mais 650 municípios, antes identificados com crescimento tipo inconclusivo, passam a apresentar diagnóstico não pró-pobre, totalizando 897 municípios ou grupos territoriais (61,5% de todos os municípios do Nordeste) com este diagnóstico. Para se ter uma ideia, observando-se apenas o Ceará, ao se considerar apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, 67 municípios (quase um Estado de Sergipe inteiro), antes identificados como inconclusivos, passariam a apresentar crescimento não pró-pobre. Isso, levando-se em consideração que 20,8% dos seus municípios (Tabela 3) já eram considerados não pró-pobres. Do mesmo modo, para a Paraíba, ao se considerar apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres, mais 97 municípios (uma “Alagoas inteira”) passariam a apresentar crescimento não pró-pobre. Os Gráficos 3, 4 e 5, em seguida, apresentam as “curvas de crescimento-pobreza” para alguns municípios do Nordeste.

O Gráfico 3 apresenta as “curvas de crescimento-pobreza” para as capitais do Nordeste. Maceió-AL se mostrou com crescimento não pró-pobre quando se considerou o crescimento da renda até os 60% mais

pobres, Natal-RN e Aracaju-SE se mostraram com crescimento não pró-pobre quando se considerou o crescimento da renda até os 30% mais pobres, e as demais capitais apresentaram diagnóstico de crescimento inconclusivo.

O Gráfico 4 mostra os municípios com os melhores resultados de crescimento para cada estado do Nordeste. Enquanto Granjeiro, no Ceará, apresentou um excelente resultado, com a renda dos mais pobres crescendo a pouco mais de 20% no período, Santa Luiza do Norte, em Alagoas, e Laranjeiras, em Sergipe, apresentaram crescimento pró-pobre apenas quando se considerou o crescimento da renda até os 30% mais pobres.

Por fim, o Gráfico 5 apresenta alguns dos municípios considerados entre os piores desempenhos de crescimento dos estados do Nordeste. Enquanto em Poção-PE a renda dos mais pobres reduziu-se quase 8%, em Presidente Juscelino, houve crescimento positivo apenas para os 10% mais ricos, o pior desempenho do Nordeste no período.

Todos os resultados apresentados aqui sugerem que é, sobretudo, pelo relativo menor impacto do

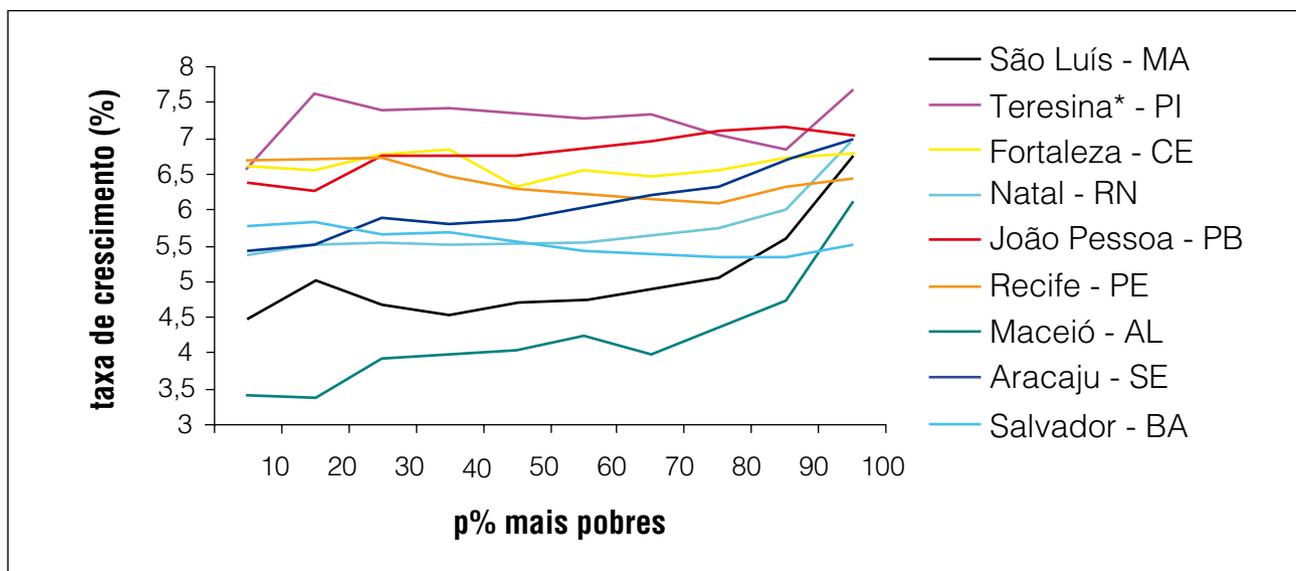


Gráfico 3 – Crescimento da Renda Domiciliar *Per Capita* Média por Percentis de Pobres – Capitais do Nordeste, 1991-2000

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios¹³.

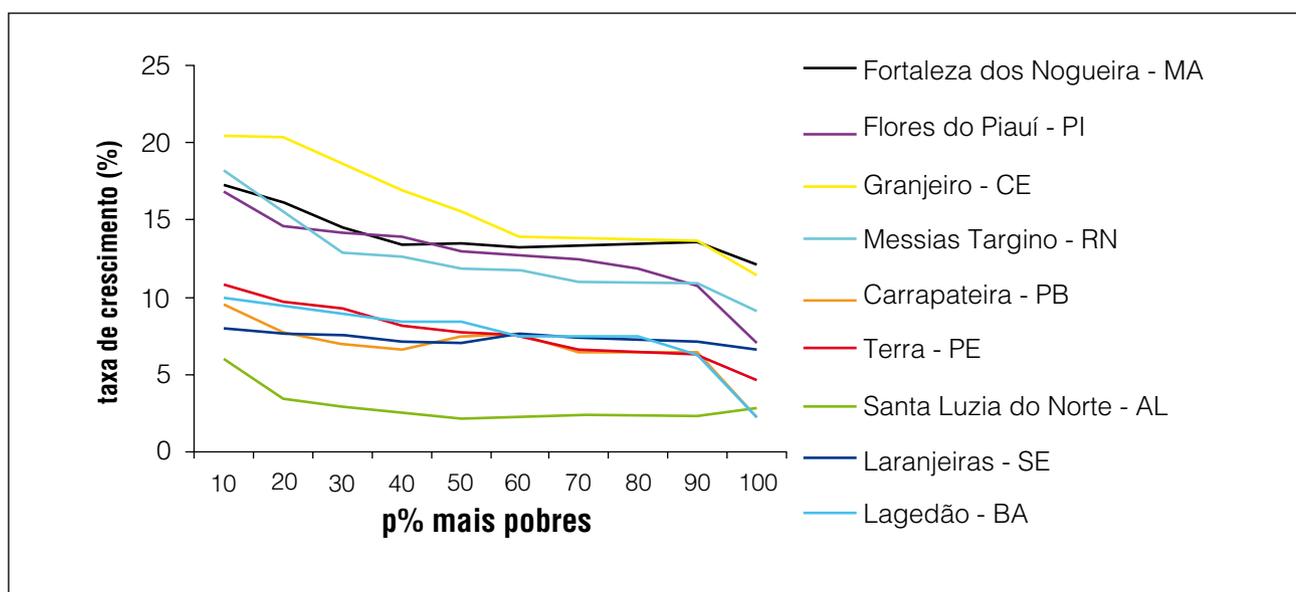


Gráfico 4 – Crescimento da Renda Domiciliar *Per Capita* Média por Percentis de Pobres – Municípios com Crescimento Pró-pobre, 1991-2000

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

¹³ O grupo é composto pelos seguintes municípios: Teresina, Lagoa do Piauí, Beneditinos, Demerval Lobão, Passagem Franca do Piauí, Barro Duro, Elesbão Veloso, Barra d'Alcântara, Novo Oriente do Piauí, Várzea Grande, Lagoinha do Piauí, Agricolândia, Água Branca, Olho d'Água do Piauí, Monsenhor Gil, Curralinhos e Palmeirais.

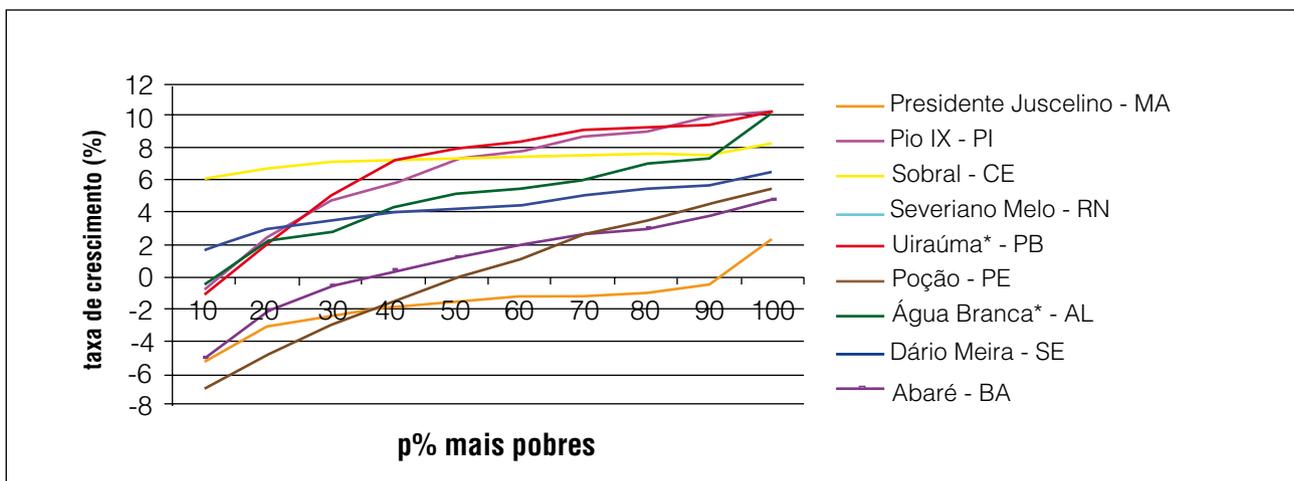


Gráfico 5 – Crescimento da Renda Domiciliar Per Capita Média por Percentis de Pobres – Municípios com Crescimento não Pró-pobre e Empobrecedor, 1991-2000

Fonte: Cálculos dos Autores através das Informações dos Censos Demográficos 1991-2000.

* Representa um grupo de municípios.¹⁴

crescimento sobre a renda dos muito pobres (até 30% mais pobres) que a região apresenta relativa menor “qualidade” de seu crescimento.

6 – PERFIL DOS MUNICÍPIOS QUE REDUZIRAM DESIGUALDADE ATRAVÉS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Esta parte do trabalho tem como objetivo construir o perfil dos municípios que apresentaram crescimento pró-pobre 1991 e 2000. Isso será feito através de uma análise descritiva desses municípios em relação a variáveis que descrevem as diferenças entre geografia, estrutura produtiva, escolaridade, renda, desigualdade, pobreza, infraestrutura e políticas públicas.

É importante ressaltar que, para a definição da variável que queremos explicar (municípios com crescimento pró-pobre), utilizou-se o conceito menos estrito, no qual se considera apenas o crescimento da renda até os 30% mais pobres. De modo que, sob este conceito, 897 municípios receberam diagnóstico não pró-pobre, mais 159 municípios

assumiram diagnóstico empobrecedor e 69 municípios foram identificados com crescimento pró-pobre (neste sentido, traçaríamos apenas o perfil desses municípios). Entretanto, ainda restam 333 municípios¹⁵ diagnosticados com crescimento do tipo inconclusivo. Para resolver este problema e identificar, para cada um desses municípios, uma classificação, calculou-se o índice de Gini para esses 333 municípios entre os anos de 1991 e 2000, na tentativa de identificar municípios com um tipo de crescimento não diagnosticado como pró-pobre, mas redutor de desigualdade. Dos 333 casos inconclusivos, apenas 46 reduziram o índice de Gini nesse período,¹⁶ passando agora a fazer parte da amostra cujo perfil será traçado, e os demais casos inconclusivos que apresentaram aumento do Gini (287 municípios) passaram a fazer parte da amostra que apresentou crescimento não pró-pobre. Assim, a amostra final ficou da seguinte forma configurada: 1.343 municípios identificados como municípios com crescimento não pró-pobre ou com crescimento que aumentou a desigualdade e 115 municípios com crescimento pró-pobre ou com crescimento que

¹⁴ Na Paraíba, Uiraúma, Poço Dantas e Santarém formam uma unidade territorial; em Alagoas, o grupo é composto por Água Branca e Pariconha.

¹⁵ Dos quais, 15 estão no Maranhão, 19 no Piauí, 27 no Ceará, 49 no Rio Grande do Norte, 38 na Paraíba, 32 em Pernambuco, 30 em Alagoas, 15 em Sergipe e 108 na Bahia.

¹⁶ Dos quais, um caso no Maranhão, dois no Piauí, três no Ceará, seis no Rio Grande do Norte, sete na Paraíba, quatro em Pernambuco, dois em Sergipe e 21 na Bahia.

reduziu desigualdade, e o objetivo desta parte do trabalho é traçar o perfil desses municípios.

A Tabela 5, apresenta os resultados sobre a análise descritiva. Ela mostra que os municípios que reduziram desigualdade têm o seguinte perfil: estão localizados no Semiárido,¹⁷ têm mais pessoas ocupadas no setor de serviços, têm melhores níveis educacionais, melhor renda e infraestrutura, são mais populosos, são menos dependentes de transferências governamentais e são mais desiguais. Ou seja, há relação negativa entre desigualdade inicial e evolução da desigualdade. Esse resultado indica apenas que os municípios com maior desigualdade tendem a apresentar maior redução da desigualdade e não, necessariamente, redução da pobreza. Lembrando-se que os resultados sobre elasticidade “pobreza-crescimento” foram muito baixos. Isso quer dizer que, por exemplo, crescimento 0,05% da renda dos mais pobres e de 0,01% da renda dos mais ricos é crescimento pró-pobre, embora não seja redutor de pobreza (já que o crescimento é muito baixo e ninguém provavelmente ultrapassa linha de pobreza).

Todos os resultados apontaram que o crescimento foi mais eficiente em reduzir a desigualdade para os municípios do Rio Grande do Norte e menos eficiente para os municípios de Ceará, Alagoas, Pernambuco e Sergipe.

7– CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou neste trabalho foi fornecer evidências a respeito da qualidade do crescimento econômico nordestino, no sentido do seu impacto relativo sobre a renda dos mais pobres, sobretudo respondendo a seguinte questão: “quem se beneficia com o crescimento econômico dos municípios do Nordeste?”.

17 Esse resultado é consistente com Moraes e Serra (2006), que dizem que o dinamismo das grandes metrópoles já não é mais capaz de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida de sua população; além disso, também são condizentes com resultados de Rocha (2003a), que encontra uma menor redução da pobreza nos maiores centros urbanos do país. E segundo Santos e Silveira (2001), as regiões metropolitanas brasileiras estariam num processo de “involução” na medida do empobrecimento de grande parte da população residente nesses centros urbanos.

Neste sentido, mostrou-se inicialmente que, apesar das relativamente altas taxas de crescimento da renda nos estados do Nordeste, todos apresentam mais de 50% de sua população em estado de pobreza. Dos 1.787 municípios nordestinos, apenas cinco apresentaram, em 2000, menos de 30% de pobres. Ademais, os municípios com menor proporção de pobres localizam-se nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Paraíba e, por outro lado, os estados que concentram os municípios com as maiores proporções de pobres são Maranhão, Alagoas e Piauí.

Mostrou-se também, a partir das elasticidades “pobreza-crescimento”, que a capacidade de o crescimento reduzir a pobreza nos municípios nordestinos foi muito pequena, inclusive quando comparada com os resultados de Tochetto et al. (2004) e Silveira Neto (2005). Os resultados apontaram que o crescimento de 1% reduzia a pobreza em menos de 3% no Rio Grande do Norte (o melhor desempenho) e menos de 1% em Pernambuco (o pior desempenho).

A seguir, utilizando-se da metodologia de Son (2004), que considera o crescimento pró-pobre se o crescimento da renda média de todos os p% mais pobres for maior que o crescimento da renda média do universo de todos os indivíduos, foram identificados apenas 21 municípios nordestinos com crescimento pró-pobre no período de 1991-2000, dos quais, quatro localizam-se no Piauí, dois no Ceará, nove no Rio Grande do Norte, um em Pernambuco e cinco na Bahia. Por outro lado, 247 municípios foram diagnosticados como não pró-pobres e 1.031 inconclusivos. Além disso, foram identificados 159 casos de municípios com crescimento empobrecedor, em que há redução de renda *per capita* para algum p% mais pobre ($p = 1, \dots, 99$). Destes, 34 casos localizam-se no Maranhão, sete no Piauí, 43 no Ceará, três no Rio Grande do Norte, oito na Paraíba, 16 em Pernambuco, 14 em Alagoas, 10 em Sergipe e 24 na Bahia.

Adicionalmente, investigou-se se esses resultados de crescimento tão desfavoráveis para os municípios nordestinos não foram decorrentes de uma definição de pró-pobre muito estrita. Neste sentido, utilizando-se de uma noção menos estrita, a que considera o crescimento pró-pobre se o crescimento da renda até

Tabela 5 – Análise Descritiva – Municípios que Reduziram Desigualdade

Variável	Grupo	Municípios com Crescimento Redutor de Desigualdade (%)	Municípios com Crescimento Aumentando Desigualdade (%)
Geografia	Estão no Semiárido	70,00	60,00
Atividade Produtiva			
Ocupados Agropecuária	até 25%	71,55	62,31
	Acima 25%	28,45	37,69
Ocupados Indústria	Até 5%	19,83	13,78
	De 6% até 10%	53,45	52,84
	Acima 10%	26,72	33,38
Escolaridade			
Média Estudo	Menos de 1 ano	1,72	2,44
	De 1 a 2 anos	40,52	58,65
	De 2 a 3 anos	45,69	28,72
	De 3 a 4 anos	8,62	7,32
	Mais de 4 anos	3,40	2,87
Analfabetismo	Até 40%	12,07	7,90
	De 40% a 60%	67,24	59,01
	Mais de 60%	20,69	33,09
Renda/Desigualdade/Pobreza			
Renda per Capita 1991	Até R\$ 50,00	12,93	26,49
	De R\$ 50,01 até R\$ 100,00	75,00	66,69
	Acima de R\$ 100,00	12,07	6,87
Transferências Governamentais	Menos de 10%	31,90	22,25
	De 10% até 20%	66,38	75,81
	Acima de 20%	1,72	1,94
IDH-Renda	Até 0,5	72,41	82,63
	Acima 0,5	27,59	17,37
Índice de Gini	Até 0,5	12,93	41,92
	Acima 0,5	87,07	58,08
Índice de Theil	Até 0,5	39,66	67,34
	Acima 0,5	60,34	32,66
% de Pessoas Indigentes	Até 40%	18,10	22,04
	Acima 40%	81,90	77,96
% de Pessoas Pobres	Até 60%	64,66	33,52
	Acima 60%	35,34	66,48
Infraestrutura			
Energia Elétrica	Até 30%	5,17	11,13
	Acima 30%	94,83	88,87
Coleta de Lixo	Até 20%	20,69	28,21
	Acima 20%	79,31	71,79
Densidade Demográfica	Até 10	82,76	87,58
	Acima 10	17,24	12,42
% de População Rural	Até 50%	97,41	99,35
	Acima de 50%	2,59	0,65
Políticas Públicas			
% de Idosos	Até 5% População	36,21	31,95
	Mais de 5% da População	63,79	68,05
% de Crianças que Trabalham	Até 10%	50,86	47,38
	Acima 10%	49,14	52,62

Fonte: Censo Demográfico 1991 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

os 30% mais pobres for maior que o crescimento da renda média de toda a população, verificou-se que apenas 48 municípios, antes, entre os 1.031 casos de diagnóstico inconclusivo, passaram a ser considerados como apresentando crescimento pró-pobre e, no entanto, 650 municípios diagnosticados inconclusivos pelo conceito estrito, passariam a apresentar crescimento não pró-pobre. Tais resultados sugerem, sobretudo, que o crescimento econômico no Nordeste, entre 1991 e 2000, apresentou pouca efetividade como um mecanismo de combate à pobreza, uma vez que ele impactou relativamente menos na renda dos mais pobres.

Por fim, através de uma análise descritiva, o trabalho buscou construir o perfil dos municípios que apresentaram crescimento redutor de desigualdade entre 1991 e 2000. As evidências mostraram que os municípios que reduziram desigualdade de renda através do crescimento econômico estão localizados no Semiárido, têm mais pessoas ocupadas no setor de serviços, têm melhores níveis educacionais, melhor renda e infraestrutura, são mais populosos, são menos dependentes de transferências governamentais e são mais desiguais.

É válido ressaltar, ainda, que todos os resultados descritos neste trabalho se referem ao período de 1991 a 2000, período anterior à criação do Bolsa-Família e à grande valorização do salário mínimo que ocorreu a partir de 2003. Neste sentido, os resultados sobre a qualidade de crescimento dos municípios nordestinos, sem sombra de dúvida, devem ser bem mais favoráveis aos mais pobres em períodos mais recentes do que os que ocorreram para a década de 1990. Evidências a esse respeito podem ser encontradas em Manso; Ataliba e Tebaldi (2006). Segundo esses autores, as políticas de promoção ao crescimento da renda na região Nordeste têm sido mais pró-pobre que as políticas nas demais regiões do país entre 1995 e 2004.

ABSTRACT

Based on data from both the Demographic Censuses of 1991 and of 2000, this study seeks to provide evidences regarding the quality of the economic growth

of the northeastern municipalities, in the direction of its relative impact on the income of the people living in poverty. In other words, it intends to evaluate how pro-poor has been the economic growth of the region in the mentioned period. The main results show that only 1.4% of the northeastern municipalities presented a pro-poor growth during the period, indicating that, for these municipalities, the income of the poor grew relatively more quickly than the average income of the region. However, 16,9% of the municipalities presented not pro-poor growth and 10.9% presented a poverty growth in which there is a reduction in the per capita income, at least, some p% poorer ($p=1, \dots, 99$). Such results suggest, overall, that the economic growth of the northeastern region of Brazil between 1991 and 2000 presented little effectiveness as a poverty-combat mechanism in the region once its impact is relatively less to the income of poor.

KEY WORDS

Pro-poor Growth. Inequality. Poverty.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A. B. On the measurement of poverty. *Econometrica*, v. 55, p. 749-764, 1987.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 2010.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 42, fev. 2000.

KAKWANI, N.; PERNIA, E. What is pro-poor growth?. *Asian Development Review*, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2000.

LIPTON, M.; RAVALLION, M. Poverty and policy. In: BERHMAN, J.; SRINIVASAN, T. N. (Ed.). *Handbook of development economics*. [S.l.]: Elsevier Science, 1993. V. 3.

MANSO, C. A.; ATALIBA, F.; TEBALDI, E. O desequilíbrio

regional brasileiro: novas perspectivas a partir das fontes de crescimento pró-pobre. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, p. 307-328, 2006.

MORAES, G. I.; SERRA, M. A. Qualidade de vida e involução metropolitana: existe um ponto ótimo para concentração urbana?. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-53, jun. 2006.

RAVALLION, M. Can high-inequality developing countries escape absolute poverty?. **Economics Letters**, n. 56, p. 51-7, 1997.

RAVALLION, M.; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. **Economics Letters**, v. 78, n. 1, p. 93-99, 2003.

RAVALLION, M.; DATT, G. **When is growth pro-poor?**: evidence from the diverse experiences of India's States. Washington, DC: World Bank, 1999. (Policy Research Working Paper, n. 2263).

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil, afinal de que se trata?**. Rio de Janeiro: FGV, 2003a.

_____. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 7-41, 2003b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA NETO, R. Quão pró-pobre tem sido o crescimento econômico no Nordeste?: evidências para o período 1991-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 36, p. 483-507, out./dez. 2005.

SON, H. H. A note on pro-poor growth. **Economics Letters**, v. 82, p. 307-314, 2004.

TOCHETTO, D. G. et al. Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise explanatória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2004.

Recebido para publicação em 05.02.2009

